CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS CENTRAIS UNICRED´S - UNICRED DO BRASIL

CNPJ nº 00.315.557/0001-11

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 - *Em milhares de reais*

Ativo	Nota	2014	2013
Circulante		**207.318**	**97.001**
Disponibilidades	3	155	3
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	30.891	-
Títulos e valores mobiliários	5	138.204	79.091
Outros créditos	6	37.949	17.896
Outros valores e bens		119	11
Não circulante		**27.459**	**1.381**
Realizável a longo prazo			
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	1.159	1.046
Outros créditos	6	65	60
Investimentos		109	15
Imobilizado de uso	7	3.320	249
Intangível	8	22.806	11
Total do ativo		**234.777**	**98.382**

Passivo	Nota	2014	2013
Circulante		**208.181**	**94.971**
Relações interfinanceiras	9	166.092	71.613
Outras obrigações	10	42.089	23.358
Não circulante		**568**	**535**
Exigível a longo prazo			
Outras obrigações	10	568	535
Patrimônio líquido	12	**26.028**	**2.876**
Capital social		17.577	909
Reserva legal		5.835	1.699
Sobras acumuladas		2.616	268
Total do passivo e patrimônio líquido		**234.777**	**98.382**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 2º SEMESTRE DE 2014 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 - *Em milhares de reais*

	Nota	Capital social	Reserva legal	Sobras acumuladas	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2013		**1.119**	**1.699**	**347**	**3.165**
Distribuição de sobras		-	-	(79)	(79)
Baixa de capital		(210)	-	-	(210)
Sobra líquida do exercício		-	-	330	330
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES - atos não cooperados		-	-	(330)	(330)
Saldos em 31 de dezembro de 2013		**909**	**1.699**	**268**	**2.876**
Integralização de capital		836	-	-	836
Efeitos da incorporação	12	15.832	4.053	1.640	21.525
Sobra do exercício		-	-	833	833
Constituição da reserva legal		-	83	(83)	-
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES		-	-	(42)	(42)
Saldos em 31 de dezembro de 2014		**17.577**	**5.835**	**2.616**	**26.028**
Saldos em 1º de julho de 2014		**17.577**	**5.752**	**3.193**	**26.522**
Perda do semestre		-	-	(452)	(452)
Constituição da reserva legal		-	83	(83)	-
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES		-	-	(42)	(42)
Saldos em 31 de dezembro de 2014		**17.577**	**5.835**	**2.616**	**26.028**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 2º SEMESTRE DE 2014 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 - *Em milhares de reais*

1. Contexto operacional: A Confederação Nacional das Cooperativas Centrais Unicred´s - Unicred do Brasil (Confederação), constituída por cooperativas centrais e integrantes do sistema Unicred em 10 de julho de 1994, conforme Assembleia Geral, e homologação pelo Banco Central do Brasil em 19 de outubro de 1994, conforme publicado no Diário Oficial de 24 de outubro de 1994. Tem sua constituição e funcionamento regulamentado pela Resolução CMN / Bacen nº 3.859/2010 e Estatuto Social. Tem sede e foro na cidade de São Paulo SP, com área de atuação em todo território nacional. Tem por objetivo orientar e coordenar as atividades das cooperativas centrais associadas, nos casos em que o vulto dos empreendimentos transcender o âmbito de capacidade ou convivência de atuação das suas associadas. Em Assembleia Geral Extraordinária da Confederação realizada em 19 de dezembro de 2013, foi aprovada por unanimidade das associadas, a incorporação da Tecnocred Soluções Tecnológicas Ltda. (Incorporada) pela Confederação (Incorporadora). Também, em 7 de dezembro de 2013, reuniram-se os quotistas da Incorporada, e por unanimidade de votos, foi aprovada a incorporação. Em razão das peculiaridades da presente incorporação, também foi aprovado, por unanimidade das associadas, que o presente ato societário se efetivasse no dia 2 de janeiro de 2014, passando a produzir os respectivos efeitos para todos os fins somente a partir da referida data. Em decorrência do programa de unificação da TI do Sistema Unicred, foi realizada a reorganização societária através dessa incorporação, o que resultou na consolidação e na otimização das atividades das duas entidades e na consequente redução dos custos operacionais inerentes, regendo-se pelos regramentos da Incorporadora, notadamente por seu Estatuto Social vigente. O critério de avaliação do patrimônio líquido da Incorporada, para os fins da incorporação, foi o valor contábil de seus ativos e passivos, com base no balanço patrimonial encerrado em 30 de novembro de 2013, conforme Laudo de Avaliação Contábil emitidos por auditores independentes, apresentado a seguir:

Ativo	
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	2.020
Contas a receber de clientes	150
Impostos e contribuições a recuperar	514
Outros créditos	212
Despesas antecipadas	1
	2.897
Não circulante	
Realizável a longo prazo	
Impostos e contribuições a recuperar	262
Investimentos	81
Imobilizado	1.988
Intangível	17.980
	20.311
Total do ativo	**23.208**

Passivo	
Circulante	
Fornecedores	263
Salários, provisões trabalhistas e encargos sociais	1.684
Impostos e contribuições a recolher	94
	2.040
Patrimônio líquido	
Capital social	17.433
Adiantamentos para futuro aumento de capital	2.104
Reserva de lucros	1.630
	21.167
Total do passivo e patrimônio líquido	**23.208**

As variações patrimoniais da Incorporada posteriores a 30 de novembro de 2013 foram escrituradas em seus livros contábeis, e os respectivos saldos na data da incorporação, ou seja, em 2 de janeiro de 2014, foram refletidos no balanço patrimonial da Incorporadora, conforme demonstrado a seguir:

Ativo	
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	1.818
Contas a receber de clientes	142
Impostos e contribuições a recuperar	569
Outros créditos	69
Despesas a apropriar	1
	2.599
Não circulante	
Realizável a longo prazo	
Impostos e contribuições a recuperar	262
Investimentos	86
Imobilizado	1.969
Intangível	18.137
	20.454
Total do ativo	**23.053**

Passivo	
Circulante	
Salários, provisões trabalhistas e encargos sociais	1.100
Impostos e contribuições a recolher	152
Outras obrigações	276
	1.528
Patrimônio líquido	
Capital social	19.885
Reserva de lucros	1.640
	21.525
Total do passivo e patrimônio líquido	**23.053**

Com a incorporação foram gerados novos ingressos de prestação de serviços (TI), de R$ 19.530 no exercício de 2014 (nota 13), bem como outros dispêndios de pessoal e administrativos inerentes a essa atividade. Por fim, destacamos que referido ato societário de incorporação, foi aprovado pelo Banco Central do Brasil, em 26 de junho de 2014, conforme Ofício 9750/2014-BCB/Deorf/GTBHO, mediante versão da totalidade de seu patrimônio e da sucessão em todos os direitos e obrigações, conforme deliberados na Assembleia Geral Extraordinária e Reunião de Quotistas citadas anteriormente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis: a. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e Lei Complementar nº 130/2009, as normas e instruções do CMN e os pronunciamentos, orientações e as interpretações pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo Bacen até o momento (CPC 00 R1, 01, 03, 05, 10, 23, 24, 25). São apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Confederação, e foram aprovadas pela Administração em 5 de fevereiro de 2015. **b. Descrição das principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão assim definidas: **b.1. Apuração do resultado:** Os ingressos e dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência do exercício. **b.2. Estimativas contábeis:** A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Confederação no processo de aplicação das políticas contábeis. As demonstrações financeiras da Confederação incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A Administração da Confederação monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos semestralmente. **b.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários livres e títulos e valores mobiliários livres de curto prazo de alta liquidez. Os títulos e valores mobiliários livres são avaliados pelo custo ou valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. **b.4. Aplicações interfinanceiras de liquidez e Títulos e valores mobiliários:** Classificados conforme a intenção da Administração da Confederação em mantê-los para negociação, e são avaliados pelo custo acrescido dos rendimentos ou valor de realização. **b.5. Devedores por depósitos em garantia:** Seja por determinação judicial ou espontaneidade da Administração da Confederação, foram depositados valores para suportar passivos contingentes constituídos, atualizados pela Selic. **b.6. Investimentos:** Representados pelas participações societárias avaliadas ao custo de aquisição. **b.7. Imobilizado de uso:** As imobilizações são demonstradas pelo custo de aquisição deduzido das depreciações acumuladas. As depreciações são calculadas pelo método linear, aplicando-se taxas que contemplem a estimativa de vida útil-econômica dos bens. **b.8. Intangível:** Demonstrado pelo valor dos gastos, que são amortizados pelo método linear em função do prazo dos benefícios futuros esperados. **b.9. Redução ao valor recuperável de ativos:** O imobilizado e outros ativos não financeiros são revistos semestralmente pela Administração da Confederação para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não pode ser recuperável (teste de *impairment*). **b.10. Relações interfinanceiras:** Representam o montante dos recursos das cooperativas centrais associadas centralizados pela Confederação, e incluem os encargos e variações monetárias contratadas até a data do balanço. **b.11. Provisões:** As provisões são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação no futuro. As provisões são registradas tendo como base a estimativa do risco envolvido. **b.12. Demais ativos e passivos:** Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. **b.13. Ativos e passivos contingentes:** Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências concretas que assegurem a sua realização. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente pela Administração da Confederação quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e outras análises das matérias, for considerado que há risco de perda de ações judicial ou administrativa, gerando uma possibilidade de saída de recursos no futuro para a liquidação dessas ações e, ainda, quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança. Esse é um julgamento subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, mas que leva em consideração o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer à instâncias superiores e a experiência histórica. A Administração da Confederação revisa periodicamente a situação dos passivos contingentes. **b.14. Segregação do circulante e não circulante:** Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses estão classificados no circulante, e os com prazos superiores, no não circulante. **b.15. Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o estabelecido pelo CPC e Bacen. **b.16 Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social são calculados sobre o lucro apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos, de acordo com a legislação tributária e as alíquotas vigentes para o imposto de renda - 15%, acrescida de adicional de 10%, e para a contribuição social - 15%. A sobra apurada em operações realizadas com associadas é isenta de tributação.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2014	2013
Disponibilidades		
Caixa e depósitos bancários	155	3
Aplicações interfinanceiras de liquidez - LTN (nota 4)	30.891	-
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	138.204	79.091
	169.250	**79.094**

As disponibilidades e os títulos e valores mobiliários são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, quando atendido às determinações da Resolução nº 3.604/2008 do Bacen.

4. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Descrição	2014 Circulante	2014 Não circulante	2013 Não circulante
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	30.891	-	-
Fundo DI Bancoob	-	1.159	1.046
	30.891	**1.159**	**1.046**

Em 31 de dezembro de 2014 as Letras do Tesouro Nacional (LTN) que estão custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), tem seu vencimento final no primeiro semestre de 2016, no entanto, podem ser negociados a qualquer momento, sendo classificadas para negociação. Referidas aplicações tiveram remuneração no montante de R$ 554 em 2014. As aplicações em Fundo DI Bancoob custodiados à Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (Cetip), está vinculada ao contrato de aluguel do imóvel da Confederação e foi contratada com prazo de resgate também no primeiro semestre de 2016. Em 2014, referidas aplicações tiveram remuneração no montante de R$ 114 (R$ 78 em 2013), registrado em ingressos de depósitos intercooperativos.

5. Títulos e valores mobiliários

Descrição	2014 Circulante	2013 Circulante
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	21.102	-
Cotas de fundo de investimento	117.102	79.091
	138.204	**79.091**

Em 31 de dezembro de 2014, as Letras Financeiras do Tesouro (LFT), que estão custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), tem vencimento final no segundo semestre de 2020, no entanto, podem ser negociados a qualquer momento, sendo classificados para negociação. Referidos títulos tiveram remuneração no montante de R$ 668 em 2014. As Cotas de Fundo de Investimentos, refere-se a BB Unicred do Brasil Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado, administrado por instituição financeira de primeira linha. Referido fundo teve em 2014, remuneração de 100% do CDI, no montante de R$ 8.145 em 31 de dezembro de 2014 (R$ 5.988 em 2013).

6. Outros créditos

Descrição	2014 Circulante	2014 Não circulante	2014 Total	2013 Circulante	2013 Não circulante	2013 Total
Adiantamentos salariais	71	-	71	8	-	8
Outros devedores projeto - TI **(i)**	35.101	-	35.101	17.834	-	17.834
Valores a receber das associadas	1.602	-	1.602	54	-	54
Impostos e contribuições	947	-	947	-	-	-
Adiantamento de despesas	158	-	158	-	-	-
Outros devedores	70	-	70	-	-	-
Devedores por depósito em garantia (nota 10 (iii))	-	65	65	-	60	60
	37.949	**65**	**38.015**	**17.896**	**60**	**17.956**

(i) Refere-se à aquisição de licenças de uso do software SAP e demais gastos relacionados a sua implantação, que será utilizado pelo Sistema Unicred. O valor permanecerá nesta rubrica até a transferência total das licenças para as cooperativas centrais e singulares associadas (nota 10(ii)).

7. Imobilizado de uso: a. Composição do saldo

Descrição	Taxa anual de depreciação	2014 Custo	2014 Depreciação acumulada	2014 Líquido	2013 Líquido
Móveis e equipamentos de uso	10%	6.552	(3.532)	3.020	186
Sistema de comunicação	10%	82	(9)	73	16
Sistema de processamento de dados	20%	413	(186)	227	47
		7.047	**(3.727)**	**3.320**	**249**

b. Movimentação do custo de aquisição

Descrição	Saldos em 1º/1/2013	Aquisições	Baixas	Saldos em 31/12/2013	Aquisições	Incorporação	Baixas	Saldos em 31/12/2014
Móveis e equipamentos de uso	240	1	-	241	1.762	4.616	(67)	6.552
Sistema de comunicação	20	-	-	20	62		-	82
Sistema de processamento de dados	194	14	(3)	205	208		-	413
	454	**15**	**(3)**	**466**	**2.032**	**4.616**	**(67)**	**7.047**

c. Movimentação da depreciação acumulada

Descrição	Saldos em 1º/1/2013	Adições	Saldos em 31/12/2013	Adições	Incorporação	Baixas	Saldos em 31/12/2014
Móveis e equipamentos de uso	(32)	(23)	(55)	(840)	(2.647)	10	(3.532)
Sistema de comunicação	(2)	(2)	(4)	(5)	-	-	(9)
Sistema de processamento de dados	(140)	(18)	(158)	(28)	-	-	(186)
	(174)	**(43)**	**(217)**	**(873)**	**(2.647)**	**10**	**(3.727)**

8. Intangível: a. Composição do saldo

Descrição	Taxa anual de amortização	2014 Custo	2014 Amortização acumulada	2014 Líquido	2013 Líquido
Marcas e patentes		17	-	17	-
Softwares	20%	26.450	(3.661)	22.789	11
		26.467	**(3.661)**	**22.806**	**11**

b. Movimentação do custo de aquisição e amortização acumulada

Descrição	Saldos em 1º/1/2013	Aquisições/ amortizações	Saldos em 31/12/2013	Aquisições/ amortizações	Incorporação	Saldos em 31/12/2014
Custo	13	2	15	8.315	31.241	39.571
Amortização	(1)	(3)	(4)	(3.657)	(13.104)	(16.765)
	12	**(1)**	**11**	**4.658**	**18.137**	**22.806**

9. Relações interfinanceiras - Centralização financeira - Centrais

Descrição	2014	2013
Centralização financeira	**166.092**	**71.613**

Refere-se aos depósitos das associadas, sendo esses recursos próprios, conforme determina o artigo 37 da Resolução nº 3.859/2010 do Bacen, com remuneração atrelada ao Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI). Em 2014, a Confederação remunerou esses depósitos no montante de R$ 7.212 (R$ 5.835 em 2013), que para efeito de apresentação das demonstrações do resultado, é classificado como dispêndios da intermediação financeira - Operações de captação no mercado. Os depósitos estão garantidos até o limite de R$ 250 mil por CPF/CNPJ pelo FGCoop (Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito), fundo este constituído por todas as cooperativas de crédito brasileiras e bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). O FGCoop tem por finalidade conforme seu estatuto: I - proteger depositantes e investidores das instituições associadas, respeitados os limites e condições estabelecidos no seu Regulamento; II - contribuir para a manutenção da estabilidade do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC); e III - contribuir para prevenção de crise sistêmica no segmento cooperativista. O Estatuto e o Regulamento do fundo teve aprovação através da Resolução CMN nº 4.284/2013.

10. Outras obrigações

Descrição	2014 Circulante	2014 Não circulante	2014 Total	2013 Circulante	2013 Não circulante	2013 Total
Sociais e estatutárias:						
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social **(i)**	169		169	347	-	347
Cotas de capital a pagar				-	-	-
	169		169	347	-	347
Fiscais e previdenciárias						
Impostos e contribuições a recolher	1.342		1.342	301	-	301
Diversas						
Provisão para pagamentos a efetuar	2.223		2.223	511	-	511
Credores diversos no País **(ii)**	38.355		38.355	22.199	-	22.199
Provisão para passivos contingentes **(iii)**		568	568	-	535	535
	40.578	568	41.146	22.710	535	23.245
	42.089	**568**	**42.657**	**23.358**	**535**	**23.893**

(i) O FATES tem sua formação, classificação e utilização conforme Lei do Cooperativismo e normas do Bacen (nota 12b). **(ii)** O saldo é substancialmente composto por R$ 34.828, transferidos do Fundo Garantidor do Sistema Unicred (FG) e rateados às cooperativas centrais associadas para pagamento dos custos de implantação do novo projeto de TI, que será revertido para a rubrica "Outros devedores projeto TI" (nota 6 (i)) no momento da ativação do software SAP no sistema Unicred do Brasil (centrais e singulares). Ainda, compõe o saldo o FG constituído por normas instituídas por regulamento próprio, que por orientação do Bacen, o registro desse fundo deve ser no passivo circulante na conta de credores diversos no País. Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, o FG monta R$ 738 e R$ 4.337, respectivamente. O fundo é remunerado por rendimentos auferidos pelos fundos de investimentos de renda fixa, aos quais estão lastreados. **(iii)** A Confederação no desenvolvimento de suas atividades operacionais está sujeita a demandas de naturezas tributária, civil e reclamações trabalhistas. A Confederação possui ação na área tributária federal, que visa declarar a não incidência das contribuições ao PIS e COFINS, sobre o ato cooperativo (sistema operacional cooperativo), cujas exigibilidades se encontram suspensas por força de depósitos judiciais nos autos do Mandado de Segurança. Referido processo encontra-se em andamento. Sobre esse assunto, em novembro de 2011, a Confederação recebeu autuação da Receita Federal do Brasil, referentes à suposta tributação sobre as rendas de aplicações financeiras, abrangendo os exercícios de 2006, 2007 e 2008, no montante de R$ 418, devidamente atualizados pela Selic até 31 de dezembro de 2014 e de 2013,. Os autos de infração foram contestados administrativamente pela Confederação, legando em síntese, a não incidência dos tributos federais sobre o ato cooperado de acordo com o teor do disposto no artigo 79 da Lei nº 5.764/1971 (Lei do Cooperativismo). Ainda, foi constituída provisão no montante de R$ 150 por falta de entrega da DIMOF - Declaração de Informações sobre Movimentações Financeiras de anos anteriores. Para este assunto, até que se tenha o retorno das contestações administrativas, a Administração da Cooperativa, de forma prudente, decidiu pela manutenção da provisão constituída no mesmo montante dos autos de infração. Por fim, em caso de insucesso das defesas administrativas do PIS, COFINS e da DIMOF, ainda cabe discussão posterior na esfera judicial por parte da Confederação. Existem depósitos judiciais de R$ 65, em 31 de dezembro de 2014 (R$ 60 em 2013), registrados em outros créditos do ativo não circulante (nota 6 (ii)), devidamente atualizados pela Selic até 31 de dezembro de 2014 e de 2013, para o PIS e COFINS. As movimentações das provisões e dos depósitos foram as seguintes:

	Depósitos em garantia	Provisão para contingências
Saldo em 1º de janeiro de 2013	**49**	**355**
Atualização depósitos e provisões	11	180
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**60**	**535**
Atualização depósitos e provisões	5	66
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**65**	**568**

Os impostos e as contribuições apuradas e recolhidas pela Cooperativa, bem como as respectivas declarações acessórias, os registros fiscais e societários, estão sujeitas a exame por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionais variados, conforme a legislação aplicável em cada circunstância, mas em geral cinco anos.

11. Marca Unicred: Em 7 de dezembro de 2010, foi celebrado pela Confederação contrato com a Unicred Vale das Antas para a cessão em definitivo dos direitos e a titularidade da marca UNICRED. Adicionalmente, foram transferidos outros 30 registros junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI, referentes a diversas variações da Marca Unicred. Foram pagos a Unicred Vale das Antas, a título de reembolso de despesas com o INPI e outros gastos, o montante de R$ 29, registrados à época no ativo. Em 2012, todos os valores registrados no ativo circulante e não circulante, relativos a Marca Unicred, foram revertidos e contabilizados em dispêndios no período, procedimento com a concordância do Bacen. Também, como forma de compensar a cessão da Marca Unicred, foi concedida a singular acima citada, a isenção pelo prazo de vinte anos no rateio dos dispêndios da Confederação, da Central RS e dos serviços de tecnologia da informação, cujo custo total será suportado à época pelas demais cooperativas centrais e singulares associadas ao Sistema Unicred do Brasil através do rateio.

12. Patrimônio líquido: a. Capital social: O capital social é de R$ 17.577 e R$ 909, em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, respectivamente, totalmente subscrito e integralizado, sendo representado pelas integralizações da cinco Centrais em 31 de dezembro de 2014 (sete em 2013). De acordo com o Estatuto Social cada associada tem direito a um voto independentemente do número de suas cotas-partes. Em 2 de janeiro de 2014 ocorreu aumento de capital no montante de R$ 15.832, proveniente da incorporação da Tecnocred Soluções Tecnológicas Ltda., e outros R$ 836 de integralizações efetivas durante o 1º semestre de 2014. Em 2013 houve a baixa de capital pela desfiliação de duas Centrais, no montante de R$ 210. **b. Destinações legais e estatutárias:** Das sobras apuradas ao final do exercício, conforme Estatuto Social serão destinadas: 10% para a reserva legal e 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES. O FATES é registrado como exigibilidade, conforme norma do Bacen e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971 (Lei do Cooperativismo) e Manual do FATES do Sistema Unicred (nota 10(i)). Considerando a incorporação da Tecnocred Soluções Tecnológicas Ltda, conforme mencionado na nota explicativa 1, foi deliberado em Ata de Reunião do Conselho de Administração da Confederação, em 29 de maio de 2014, que do capital social integralizado da ex-sócia daquela sociedade, Uniprime, fosse constituída a reserva de capital, no montante de R$ 4.053. O acordo prevê que a Uniprime terá isenção na prestação de serviço de TI, pelo prazo de vinte meses. **c. Sobras acumuladas:** As sobras são distribuídas e apropriadas conforme o Estatuto Social, normas do Bacen e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de março de 2014, foi aprovada a destinação da sobra de 2013, no montante de R$ 330 para o FATES, por se tratar de resultado com atos não cooperados. Permanecendo à disposição R$ 268 de sobras de exercícios anteriores. Ainda, compõe as sobras acumuladas do resultado de R$ 1.640 incorporado da Tecnocred Soluções Tecnológicas Ltda. **13. Ingressos de prestação de serviços**

Descrição	2014 2º semestre	2014 Exercício
Serviços de TI	10.940	19.530
Outros serviços	3	4
	10.943	**19.534**

14. Dispêndios de pessoal e honorários

Descrição	2014 2º semestre	2014 Exercício	2013 Exercício
Despesas de honorários	(649)	(1.270)	(905)
Despesa de pessoal - proventos	(8.042)	(13.131)	(3.025)
Despesas de pessoal - benefícios	(1.725)	(2.926)	(697)
Despesas de pessoal - encargos	(2.772)	(4.482)	(1.073)
Despesa de pessoal - treinamentos	(208)	(226)	(100)
	(13.396)	**(22.035)**	**(5.710)**

15. Outros dispêndios administrativos

Descrição	2014 2º semestre	2014 Exercício	2013 Exercício
Localização e comunicação	(2.746)	(5.610)	(620)
Serviços de terceiros	(7.478)	(11.678)	(6.344)
Locomoção, viagens e refeições	(1.630)	(2.281)	(849)
Marcas	(320)	(582)	(370)
Amortiza e depreciação	(2.482)	(4.588)	(46)
Promoções e brindes	(237)	(405)	(231)
Outras despesas administrativas	(413)	(620)	(249)
	(15.307)	**(25.765)**	**(8.709)**

16. Outros ingressos operacionais

Descrição	2014 2º semestre	2014 Exercício	2013 Exercício
Taxa de contribuição **(i)**	10.362	17.926	12.485
Ressarcimento de dispêndios administrativos **(ii)**	6.188	8.675	69
Outros ingressos operacionais **(iii)**	261	1.897	1.699
	16.811	**28.498**	**14.253**

(i) Refere-se às despesas da Confederação que são ressarcidas pelas associadas. A Confederação possui uma relação de interdependências com as suas associadas, visto que seu custo é reembolsado por elas. **(ii)** Refere-se à reembolso de despesas das Centrais que ora foram assumidas pela Confederação. **(iii)** Refere-se, substancialmente, à ingresso do fundo garantidor, resgatado para reforma do novo conjunto, em São Paulo SP, conforme aprovação da Administração da Confederação.

17. Instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros estão demonstrados no balanço patrimonial por valores contábeis, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas, os quais se aproximam dos seus valores justos, com destaque para os títulos e valores mobiliários, aplicações interfinanceiras de liquidez e relações interfinanceiras passivas. Não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios, nem em caráter especulativo.

18. Seguros contratados: A Confederação adota a política de contratar seguros, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

19. Partes relacionadas: A Confederação tem como missão desenvolver e coordenar ações políticas e administrativas para implantação pelas cooperativas centrais do Sistema Unicred do Brasil, visando à padronização dos processos, ganhos em escala, normatização e a defesa da marca Unicred, buscando tornar o sistema uno, sólido e integrado em nível nacional. **a. Cooperativas centrais associadas:** Na relação das cooperativas centrais associadas com a Confederação existem direitos e deveres que necessitam ser observados. Dentre os direitos destacamos: propor à Conselho de Administração e/ou Diretoria Executiva e ou à Assembleia Geral medidas de interesse geral ou da própria cooperativa central associada; votar e concorrer, nos termos dispostos neste Estatuto e no Regimento Interno, aos cargos eletivos da Confederação; demitir-se da Confederação quando lhe convier; beneficiar-se dos serviços que a Confederação estiver habilitada a prestar e nas condições que forem estabelecidas nos respectivos regulamentos. Dentre os deveres destacamos: subscrever e realizar as cotas-partes do capital social na Confederação; satisfazer pontualmente seus compromissos financeiros com a Confederação; participar da constituição do Fundo Garantidor do Sistema Unicred (FG), dentre outros. O rateio das despesas de funcionamento da Confederação em 31 de dezembro 2014 e de 2013 foi de R$ 17.926 e de R$ 12.485, respectivamente (nota 13). A Confederação também recebe recursos das cooperativas centrais associadas, que são as contribuições obrigatórias para o Fundo Garantidor do Sistema Unicred (FG). Os depósitos voluntários são recursos das Centrais aplicados voluntariamente na Confederação e têm seus rendimentos repassados em sua totalidade. Abaixo demonstramos a evolução destes depósitos durante os exercícios:

	2014 Depósitos no FG	2013 Depósitos voluntários
Saldo em 1º de janeiro de 2013	**54.628**	**24.222**
Depósitos efetuados pelas centrais	12.879	2.687
Rendimento gerado pela aplicação dos recursos		
Resgates efetuados pelas centrais	(17.809)	(4.994)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**49.698**	**21.915**
Depósitos efetuados pelas centrais	8.766	277.285
Rendimento gerado pela aplicação dos recursos		
Resgates efetuados pelas centrais	(16.167)	(175.405)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**42.297**	**123.795**

b. Tecnocred Soluções Tecnológicas Ltda.: A Confederação possuía até dezembro de 2013 uma relação de dependência tecnológica com a Tecnocred Soluções Tecnológicas Ltda., empresa que desenvolve o sistema de tecnologia. As Centrais Unicred Central RJ, Unicred Central RS, Unicred Central SC e Unicred Central SP possuíam cada uma 20% de participação na Tecnocred. A dependência tecnológica com a Tecnocred cessou com a incorporação da mesma pela Confederação, conforme mencionado na nota explicativa 1. **c. Remuneração paga aos administradores:** Nas Assembleias Gerais Ordinárias, realizadas anualmente, é estabelecida a remuneração para a Diretoria Executiva, Conselho de administração e para o Conselho Fiscal.

Descrição	Benefícios	Recebidos em 2014	Recebidos em 2013
Membros da diretoria executiva	Proventos	754	784
Membros do conselho de administração	Honorários	892	-
Membros do conselho de administração e conselho fiscal	Cédulas de Presença	377	121
		2.023	**905**

20. Índice de Basiléia: O patrimônio líquido da Confederação apresenta-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos nos exercícios, conforme demonstrativo abaixo:

Descrição	2014	2013
Patrimônio de referência - PR	26.000	2.876
Patrimônio de referência para comparação com RWA	12.794	2.876
RWA para risco de crédito - RWAcpad	61.055	13.998
RWA para risco de mercado - RWAmpad	3.127	829
RWA para risco operacional - RWAopad	4.240	293
Montante RWA	68.422	15.120
Patrimônio de referência mínimo requerido para o RWA	7.519	1.663
Margem sobre o PR considerando a Rban	5.275	1.213
Índice de Basiléia	**18,72%**	**19,02%**

As parcelas são divididas por 0,11 (Fator F), aplicado sobre o montante RWA para obter-se o patrimônio de referência mínimo requerido.

21. Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos da Confederação: a. Risco operacional: Em cumprimento à Resolução do CMN nº 3.380/06, esta Confederação implantou estrutura de gerenciamento de Risco Operacional compatível com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da Confederação, e que tem por objetivo identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos associados a falhas, deficiências ou inadequações de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Esta estrutura contempla atualmente: a) Diretor Responsável nomeado perante órgão regulador; b) Política, Manual e Sistema de mensuração de riscos; c) Comitê de Gestão de Riscos. Além da apuração gerencial das perdas operacionais é realizada também a apuração semestral da parcela referente ao risco operacional (RWAOPAD), uma das parcelas que compõe o montante de RWA (Ativos Ponderados pelo Risco), base de cálculo para os Requerimentos Mínimos de Capital, em atendimento à Resolução do CMN nº 4193/13. A metodologia utilizada para apuração da parcela RWAOPAD é o BIA (Basic Indicator Aproach). As descrições das estruturas estão evidenciadas no site da Unicred do Brasil, e podem ser acessadas através do endereço eletrônico: www.unicred.com.br, assim como a Política, os Manuais e os Relatórios de Risco estão disponíveis na sede da Confederação. **b. Risco de mercado:** Em cumprimento à Resolução do CMN nº 3.464/07, esta Confederação implantou estrutura de gerenciamento de Risco de Mercado compatível com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da Confederação, e que tem por objetivo identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos associados a perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Confederação. Esta estrutura contempla atualmente: a) Diretor Responsável nomeado perante órgão regulador; b) Política, Manual e Sistema de mensuração de riscos; c) Comitê de Gestão de Riscos. Além da apuração gerencial do risco de mercado é realizada também a apuração mensal das parcelas referentes ao risco de mercado (RWAJUR/RWACAM/RWACOM/RWAACS/Rban), parcelas que compõem o montante de RWA (Ativos Ponderados pelo Risco), base de cálculo para os Requerimentos Mínimos de Capital, em atendimento à Resolução do CMN nº 4193/13, assim como é realizada a elaboração mensal do Demonstrativo de Risco de Mercado (DRM), em atendimento à Circular nº 3.429/09 do Banco Central do Brasil. As descrições das estruturas estão evidenciadas no site da Unicred do Brasil, e podem ser acessadas através do endereço eletrônico: www.unicred.com.br, assim como a Política, os Manuais e os Relatórios de Risco estão disponíveis na sede da Confederação. **c. Risco de crédito:** Em cumprimento à Resolução do CMN nº 3.721/09, esta Confederação implantou estrutura de gerenciamento de Risco de Crédito compatível com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da Confederação, e que tem por objetivo identificar, mensurar, controlar e mitigar os riscos de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. Esta estrutura contempla atualmente: a) Diretor Responsável nomeado perante órgão regulador; b) Política, Manual e Sistema de mensuração de riscos; c) Comitê de Gestão de Riscos. Além da apuração gerencial do risco de crédito é realizada também a apuração mensal da parcela referente ao risco de crédito (RWACPAD), parcela que compõe o montante de RWA (Ativos Ponderados pelo Risco), base de cálculo para os Requerimentos Mínimos de Capital, em atendimento à Resolução do CMN nº 4193/13. As descrições das estruturas estão evidenciadas no site da Unicred do Brasil, e podem ser acessadas através do endereço eletrônico: www.unicred.com.br, assim como a Política, os Manuais e os Relatórios de Risco estão disponíveis na sede da Confederação. **d. Risco de liquidez:** Em cumprimento à Resolução do CMN nº 4.090/12, esta instituição implantou estrutura de gerenciamento de Risco de Liquidez compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão da sua exposição a esse risco, e que tem por objetivo identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos associados à: I - a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e II - a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. As descrições das estruturas estão evidenciadas no site da Unicred do Brasil, e podem ser acessadas através do endereço eletrônico: www.unicred.com.br, assim como a Política, os Manuais e os Relatórios de Risco estão disponíveis na sede da instituição. **Gestão de capital:** Em cumprimento à Resolução do CMN nº 3.988/11, esta instituição implantou estrutura de Gerenciamento de Capital compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão da sua exposição a esse risco, e que tem por objetivo o processo continuo de: I - monitoramento e controle do capital mantido pela instituição; II - avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita; e III - planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição. As descrições das estruturas estão evidenciadas no site da Unicred do Brasil, e podem ser acessadas através do endereço eletrônico: www.unicred.com.br, assim como a Política, os Manuais e os Relatórios de Risco estão disponíveis na sede da instituição.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - 2º SEMESTRE DE 2014 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 - *Em milhares de reais*

	Nota	2014 2º semestre	2014 Exercício	2013 Exercício
Ingressos da intermediação financeira		**5.938**	**9.595**	**6.066**
Títulos e valores mobiliários	4 e 5	5.877	9.481	5.988
Ingressos de depósitos intercooperativos	4	61	114	78
Dispêndios da intermediação financeira		**(5.727)**	**(9.224)**	**(5.835)**
Operações de captação no mercado	9	(5.727)	(9.224)	(5.835)
Resultado bruto da intermediação financeira		**211**	**371**	**231**
Outros (dispêndios) ingressos operacionais		**(1.188)**	**(135)**	**(232)**
Ingressos da prestação de serviços	13	10.943	19.534	-
Dispêndios de pessoal e honorários	14	(13.396)	(22.035)	(5.710)
Outros dispêndios administrativos	15	(15.307)	(25.765)	(8.709)
Outros dispêndios operacionais		(239)	(367)	(66)
Outros ingressos operacionais	16	16.811	28.498	14.253
Resultado operacional		**(977)**	**236**	**(1)**
Resultado não operacional		**525**	**597**	**369**
Resultado antes da tributação		**(452)**	**833**	**368**
Imposto de renda e contribuição social		-	-	(38)
Perda do semestre/ sobra líquida dos exercícios		**(452)**	**833**	**330**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - 2º SEMESTRE DE 2014 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 - *Em milhares de reais*

	2014 2º semestre	2014 Exercício	2013 Exercício
Fluxo de caixa das atividades operacionais	**96.002**	**98.385**	**(7.175)**
Resultado ajustado do semestre/exercícios	2.030	5.420	379
Perda do semestre / sobra líquida dos exercícios	(452)	833	330
Depreciações e amortizações	2.482	4.530	46
Baixas do imobilizado de uso	-	57	3
(Aumento) redução dos ativos	(13.165)	(20.278)	(10.817)
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(61)	(113)	(78)
Outros créditos e outros valores e bens	(13.104)	(20.165)	(10.739)
Aumento (redução) dos passivos	107.137	113.243	3.263
Relações interfinanceiras	95.085	94.479	(7.238)
Outras obrigações	12.052	18.764	10.501
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	**(5.510)**	**(30.548)**	**(16)**
Aumento e incorporações de investimentos	-	(94)	-
Aquisições e incorporações do imobilizado de uso	(1.148)	(4.001)	(15)
Aquisições e incorporações do intangível	(4.362)	(26.453)	(1)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	**(42)**	**22.319**	**(619)**
Efeitos da incorporação	-	21.525	-
Integralização de capital	-	836	-
Distribuição de sobras	-	-	(79)
Baixas de capital	-	-	(210)
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES	(42)	(42)	(330)
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	**90.450**	**90.156**	**(7.810)**
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa:			
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios	78.800	79.094	86.904
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercícios	169.250	169.250	79.094
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	**90.450**	**90.156**	**(7.810)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Associadas e Administradores da **Confederação Nacional das Cooperativas Centrais Unicreds - Unicred do Brasil -** São Paulo - SP Examinamos as demonstrações financeiras da Confederação Nacional das Cooperativas Centrais Unicreds - Unicred do Brasil ("Confederação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras:** A Administração da Confederação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Auditores Independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas nacionais e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Confederação para fins de planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Confederação. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Confederação Nacional das Cooperativas Centrais Unicreds - Unicred do Brasil em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Ribeirão Preto SP, 5 de fevereiro de 2015.

Moore Stephens Prisma - Auditores Independentes - CRC 2SP017256/O-3
Hélio Mazzi Júnior - Contador - CRC 1SP189107/O-3

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos Diretores e Associados da **Confederação Nacional das Cooperativas Centrais Unicred´s - Unicred do Brasil -** O Conselho Fiscal da Confederação Nacional das Cooperativas Centrais Unicred´s - Unicred do Brasil, por seus membros efetivos, abaixo assinados, reunido ordinariamente, e no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, compreendendo o Balanço Patrimonial, Demonstração de Sobras e Perdas, Notas Explicativas e demais documentos, demonstrações e outras informações pertinentes às operações realizadas pela Unicred do Brasil. Com base nos documentos examinados nas reuniões deste Conselho Fiscal durante o exercício social, nas análises levadas a efeito e nos esclarecimentos apresentados pelos administradores e colaboradores da Unicred do Brasil, e tendo em conta os relatórios e pareceres da auditoria externa, opinamos que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral das Filiadas. São Paulo - SP, 06 de março de 2015.

Luiz Mauro Coelho Nascimento - Conselheiro Fiscal
Oswaldo Roberto de Oliveira - Conselho Fiscal
Mauro Toledo Sirimarco - Conselheiro Fiscal

DIRETORIA

Evandro Jacó Kotz - Diretor Executivo
Marcio Dias Penna - Diretor de Operações
Mauro Rogério Costa Fernandes - Diretor de Desenvolvimento

CONTADORA

Maria Rosa Hessel - Contadora - CRC nº 1SP150948/O-1